

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES

**A ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS:
TRAZENDO A FAMÍLIA PARA A ESCOLA**

Aluna: Jussara Aparecida Liebel

Orientadora: Andréa Caldas

Curitiba, fevereiro de 2010.

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS: TRAZENDO A FAMÍLIA PARA A ESCOLA

Jussara Aparecida Liebel
Ju_liebel@hotmail.com

RESUMO

A necessidade de promover a articulação entre a escola e a comunidade a que serve e o entendimento de que a escola não é um órgão isolado do contexto global de que faz parte, deve estar presente no processo de organização da escola, de modo que as ações a serem desenvolvidas estejam voltadas para as necessidades comunitárias. Em muitas regiões a escola é vista como uma das poucas entidades capazes de transformar e melhorar a comunidade. Sendo assim, esta passa a confiar na ação educativa e no professor e a ver a escola como um local onde possa se conscientizar e discutir seus problemas, buscar apoio e oportunidades. Este artigo buscou subsídios nas obras de autores como: Saviani, Nóvoa, Bencine, entre outros, a fim de compreender a importância da APMF para a promoção da participação efetiva de todos no ambiente escolar. A prática vivenciada teve como foco principal a análise da atuação da APMF na Escola Municipal Pirahy, refletindo sobre estratégias para que a atuação dessa Associação venha a se concretizar na prática escolar de forma contínua e eficiente.

Palavras-chave: Participação; Associação de Pais, Mestres e Funcionários; integração família-escola-comunidade.

INTRODUÇÃO

Considerando que todo profissional da educação conhece a grande importância do apoio da família para o melhor desempenho dos alunos na escola e do próprio crescimento do ambiente escolar como um todo, pois a responsabilidade de educar não é exclusivamente da família, nem da escola.

Uma não pode substituir a outra, devem sim estar entrosadas, estabelecendo uma parceria. Quanto melhor for esta parceria, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do sujeito.

Desta forma, a família precisa e quer ser conquistada para os objetivos da escola, que precisa encontrar formas de reaproximar e reorganizar os desejos e as forças comuns, estabelecendo uma parceria coletiva e democrática, através da troca constante de informações entre Direção, Equipe Pedagógica, Professores, Funcionários, Pais e Alunos.

Destes princípios constitui-se a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), uma instância colegiada que atua dentro das escolas com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência escolar e para a integração escola-comunidade.

Mas, será que ela vem atuando de forma significativa, conseguindo entrosar pais, aluno e professores, através da participação efetiva de todos, e acima de tudo, ajudando a escola a se desenvolver plenamente?

Por essa e outras interrogações, este artigo justificou-se pela necessidade de conhecer mais os objetivos da APMF e suas atuações dentro da Escola Municipal Pirahy, que vem encontrando dificuldades em estabelecer parceria com os pais dos alunos. Realidade essa presente desde quando comecei a atuar nessa escola, há seis anos.

Os objetivos desta pesquisa constituíram-se em: identificar a existência e atuação da APMF na Escola Municipal Pirahy; enumerar as atividades realizadas dessa instância na escola pesquisada; verificar a relação entre os membros da APMF, Pais, Alunos, Professores, Funcionários e Direção da escola; pesquisar e indicar estratégias para que a APMF possa colaborar com a escola na busca pela participação efetiva dos pais no ambiente escolar.

Para se atingir os objetivos esperados, foram utilizados os seguintes procedimentos: de início, uma pesquisa bibliográfica, buscando subsídios na literatura mais relevante sobre o assunto, visões de diferentes autores, podendo assim, apresentá-los de forma compreensiva e adequada ao contexto do trabalho.

Em seguida, realizou-se uma pesquisa observacional junto à Escola pesquisada, comparecendo a pelo menos duas reuniões da APMF a fim de verificar "in loco" o trabalho por eles desenvolvido.

Após, um questionário foi entregue a, Direção, Professores e Funcionários e membros da APMF com o intuito de analisar as maiores dificuldades encontradas para o estabelecimento de parceria efetiva e significativa entre todos.

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS: TRAZENDO A FAMÍLIA PARA A ESCOLA.

Todo profissional da educação conhece a grande importância do apoio da família para o melhor desempenho dos alunos na escola e do próprio crescimento do ambiente escolar como um todo. As esclarecedoras análises de Saviani apontam que, "a família não pode viver dissociada das demais agências educativas, tal a violência das pressões externas e a riqueza dos recursos da comunidade para a plena realização das personalidades de pais e filhos". (SAVIANI, 1983, p. 19).

Ou seja, a escola apresenta-se, com a tarefa de complementar a ação de formação do indivíduo, mas esta sem dúvida, precisa vir com a participação da família.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 14 inciso II institui: "participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes". (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1996)

Tais afirmações deixam claro que a escola precisa e deve contar com a comunidade em geral, principalmente devido ao momento atual em que se vive, como bem afirma Santos ao colocar que, "a educação não é assunto nem de ministro, nem de secretário, nem de burocrata. É assunto de todos, se não, não chegaremos a lugar algum". (SANTOS, 1998, p.48).

Há de se considerar que, muitas famílias atualmente passam por dificuldades, tempos modernos, rapidez, mas o que acontece é que desde a revolução industrial as mulheres conquistaram seu espaço no mercado de trabalho, passando desta forma a dividir com os homens o sustento do lar. Como consequência, essa conquista da mulher, "trouxe grandes mudanças na estruturação familiar. Mudanças que proporcionaram muitos ganhos para as mulheres, mas em contrapartida, deixaram muitas de nossas crianças órfãs". (TORRES, 2003, p. 352).

Nestas proporções, as crianças estão indo cada vez mais cedo para as escolas, sendo atribuída a elas a responsabilidade de cuidar e educar sozinhas.

É preciso que todos entendam que a responsabilidade de educar não é exclusivamente da família, nem da escola. Precisam ter a plena consciência que nenhuma pode substituir a outra. O que precisam é realizar o entrosamento, contribuindo cada uma com sua experiência, com explica, Capelatto,

Porém todos sabem que incluir, não é tão fácil como parece. Portanto, muitos acreditam na criação de uma Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) para este fim.

Mas antes de deter-se aos aspectos referentes à APMF, é preciso, afim de verdadeiramente compreendê-la, buscar-se conhecer as funções da escola e alguns aspectos que envolvem a participação e sua importância para o desenvolvimento da escola como um todo.

FUNÇÃO DA ESCOLA

Ao falar-se em escola, é preciso antes de tudo considerar que esta é uma instituição na medida em que a concebemos como a organização das relações sociais entre os indivíduos ou então, como o conjunto de normas e orientações que rezem essa organização.

Desta forma, analisar a escola como instituição traz a sua importância, na reflexão de Carvalho e Diogo (1994, p.49), “analisar a escola como instituição é aprender o sentido global de suas estruturas e de seu conjunto de normas, valores e relações, numa dinâmica singular e viva”.

Tal instituição é sem dúvida, hoje considerada como um lugar sem paralelo e preocupada com a educação formativa e informativa. Este seria então a principal função da escola.

Mas, será que esta vem realmente cumprindo sua função? Ou ainda na maioria das escolas, estes conceitos são puramente ingênuos?

O que na verdade, hoje se vê, é a escola como uma instituição em crise, evidenciada em vários aspectos, como:

- a) desconectadas do mundo atual, em constantes transformações, ou seja, ultrapassadas;
- b) conteúdos, atividades, provas, regras disciplinares sem sentido, ocasionando nos alunos pouca receptividade, e muitas vezes, condutas violentas;
- c) não conseguem reverter o fracasso e o abandono escolar;

Muitos autores tentam explicar a crise, por exemplo, para Telles (1992, p.55), “a tão falada crise da escola brasileira é, sobretudo uma crise de identidade

decorrente da indefinição do papel da escola. Fatores políticos, sociais, econômicos e pedagógicos têm contribuído para essa descaracterização”.

Já, Ribas (2000, p.27) acredita que, “há muito, a escola convive com diversas crises: de valores, de ética, de politização, de consciência, de motivação de conceitos, além das crises cultural, econômica e política que recrudesceram nas últimas décadas”.

Esta crise, obviamente, não precisa, nem deve representar-se como algo insuperável. Mas sim percebida como um ponto decisivo e necessário, onde se precisa optar por uma direção, escolher este ou aquele rumo. Deve ser vista como um desafio, que antes de tudo precisa ser encarada como um desafio coletivo.

Arendt (1998, p.233), alerta para um fato importante,

...uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos diretos. Uma crise só retorna um desastre quando respondemos a ela com os juízos pré-formados, isto é, com preconceito. Uma atitude dessas não apenas aguça a crise como nos priva de experiências da realidade e da oportunidade por ela proporcionada à reflexão.

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: O SIGNIFICADO DA REALIDADE COLETIVAMENTE CONSTRUÍDA

Nos últimos anos o debate sobre o processo de planejamento participativo da unidade escolar ganhou importância entre os teóricos que postulam a descentralização do sistema educacional como um caminho para a democratização da gestão da educação e a conseqüente melhoria da qualidade do ensino.

Entender o significado da escola e suas relações no sistema educacional, bem como com a sociedade, tornou-se uma exigência imprescindível para garantir um planejamento realmente participativo.

A escola é influenciada por forças "externas" e "internas" a seus muros. Enquanto uma unidade social os elementos que integram a vida escolar são, em parte, transpostos de fora; em parte, redefinidos na passagem, para ajustar-se às condições grupais; em parte, desenvolvidos internamente e devidos a estas condições. Longe de serem um reflexo da vida da comunidade, as escolas têm “uma

atividade criadora própria, que faz de cada uma delas um grupo diferente dos demais". (CÂNDIDO apud PEREIRA, 1987, p.12).

Nesse sentido a realidade de cada escola deve ser pensada e planejada segundo as suas características específicas e da comunidade onde está inserida.

É uma trama em permanente construção que articula histórias locais pessoais e coletivas, diante das quais a vontade estatal abstrata pode ser assumida ou ignorada, mascarada ou recriada, em particular abrindo espaços variáveis a uma maior ou menor possibilidade hegemônica. (EZPELETA, 1986, p.11-2).

Apesar da especificidade de sua realidade, a escola possui vínculos institucionais com um determinado sistema escolar, ou seja, sua autonomia deve ser entendida de forma relacional, dentro de um contexto de "interdependências".

Segundo Barroso apud Ferreira (1998, p.19) a autonomia é um "conceito que exprime sempre um certo grau de relatividade: somos mais ou menos autônomos podemos ser autônomos em relação a umas coisas e não ser em relação a outras". A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis.

Analisar a realidade particular de cada escola torna-se uma tarefa fundamental no processo de planejamento, pois "problemas" semelhantes não são necessariamente identificáveis, ou seja, o mesmo "problema" deve ser pensado de forma diferente, em distintas realidades escolares.

Quando não existe participação pode ocorrer um processo de fragmentação dos diferentes "olhares" sobre a escola, ou seja, a escola vista e vivenciada pelo pai, não necessariamente corresponde àquela analisada e vivenciada pelo professor, sendo que a "escola" do professor pode não corresponder a do diretor, que por sua vez, pouco tem a ver com aquela ditada pela política educacional elaborada a partir dos órgãos centrais do sistema educacional.

A participação de todos os envolvidos no dia-a-dia da escola nas decisões sobre os seus rumos, garante a produção de um planejamento no qual estejam contemplados os diferentes "olhares" da realidade escolar, possibilitando assim, a criação de vínculos entre pais, alunos, professores, funcionários e especialistas. A presença do debate democrático possibilita a produção de critérios coletivos na orientação do processo de planejamento, que por sua vez, incorpora significados

comuns aos diferentes agentes educacionais, colaborando com a identificação desses com o trabalho desenvolvido na escola. Favorece a execução de ações através de compromissos construídos entre aqueles diretamente atingidos pelo planejamento educacional.

Nesse sentido, a participação deve ser entendida como um processo de aprendizagem que demanda espaços sociais específicos para a sua concretização, tempo para que idéias sejam debatidas e analisadas, bem como, e principalmente, o esforço de todos aqueles preocupados com a formação do cidadão e de uma escola verdadeiramente democrática.

O planejamento participativo é o processo de organização do trabalho coletivo da unidade escolar. Podem-se identificar três fases desse processo: a preparação do Projeto Político Pedagógico, entendido como o registro sistematizado e justificado das decisões tomadas pelos agentes educacionais que vivenciam o dia-a-dia da escola; o acompanhamento da execução das operações pensadas no Projeto Político Pedagógico, de forma a fazer, caso seja necessário, as alterações nas operações de forma que essas alcancem os objetivos propostos; e a revisão de todo o caminhar, avaliando as operações que favoreceram o alcance dos objetivos e aquelas operações que pouca influência tiveram sobre o mesmo, iniciando-se assim um redirecionamento.

Para Libâneo (2001, p.133):

O Projeto Político Pedagógico representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando atingir os objetivos que se propõem.

Espera-se que, com a implementação do Projeto Político Pedagógico de forma participativa, ocorram mudanças políticas, pedagógicas e administrativas na realidade escolar, pois, de outra forma, tal documento não passa de mera formalidade legal do sistema educacional, transformando-se em letras mortas.

Ao ser proporcionado um espaço participativo nos quais pais, alunos, professores e funcionários expliquem a escola, estará garantindo a ampliação da compreensão desses sobre a realidade escolar através do debate democrático. Posturas divergentes sobre os problemas da escola devem ser discutidas dentro dos

limites éticos, prevalecendo o respeito à diferença, possibilitando um diálogo que viabilize propostas coletivas para a melhoria da qualidade política, pedagógica e administrativa da escola.

ARGUMENTO ÉTICO DA PARTICIPAÇÃO

Kariel apud Castoriadis (1982, p. 97) adverte que “pode ser necessário ter que escolher entre eficiência e outros objetivos humanos tais como “autodesenvolvimento” através da participação”. Ele sugere que na comparação do custo relativo de se buscar o valor da participação ou o valor da eficiência organizacional, deve-se ampliar a noção de custos para incluir os custos dos benefícios individuais e comunitários e os custos monetários. Deve-se estimar não só os custos monetários da participação, mas também os custos humanos, em termos de repressão do caráter pela não participação e das oportunidades perdidas de permitir a auto-educação das pessoas. Donde se pode concluir que a eficiência e o progresso material, qualidade das organizações e das burocracias, são menos importantes do que a educação do caráter, da autonomia e da imaginação política. Radicalizando a opção pelos valores humanos da participação, Norman escreve:

Mesmo que a democracia radical se tornasse menos eficiente na promoção da prosperidade material dos menos desafortunados, deveríamos contrapor a esta perda os ganhos distintivos da igualdade de poder – o bem das relações cooperativas entre as pessoas e as oportunidades para as pessoas controlarem suas próprias vidas e empregarem plenamente suas capacidades humanas características para a escolha discriminativa e o julgamento. (NORMAN apud NEPTUNE, 1989, p. 34).

Os ganhos pedagógicos da vivência democrática nem sempre são imediatamente evidentes, mas são efetivos. Maxcy demonstrou recentemente que existe uma relação conceitual próxima entre participação democrática e educação. Para ele, “a democracia é uma concepção normativa, no sentido de que representa um conjunto de condições criteriosais que as pessoas devem buscar realizar se quiserem ampliar e aumentar suas capacidades na vida”. (MAXCY apud GADOTTI, 1992, p. 34). A participação é um dos instrumentos do desenvolvimento de hábitos de senso crítico e de julgamento.

A idéia de participação como parte de um processo de educação política e moral não é nova na história da educação. Como lembra Pateman, toda a teoria política de Rousseau gira em torno da idéia de participação individual de cada cidadão na tomada de decisão política. E ela acrescenta:

Na sua teoria, a participação é muito mais do que um adendo protetor a um conjunto de arranjos institucionais; ela tem também um efeito psicológico sobre os participantes, assegurando que há um contínuo inter-relacionamento entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos interativos nelas. (PETERMAN apud PASSOS, 1988, p. 81).

Assim, existe uma espécie de dialética entre o desenvolvimento de estruturas participativas e o desenvolvimento psicológico de indivíduos participativos. As estruturas participativas incentivam e motivam os indivíduos a se envolverem política e socialmente e este envolvimento, por sua vez, fortalece, legitima e dá credibilidade às estruturas participativas. Uma vez fortalecidos, os sistemas participativos se tornam auto-sustentados porque o próprio processo de participação estimula e desenvolve nos cidadãos aquelas qualidades que são necessárias ao seu bom funcionamento.

Esta posição de Rousseau pode ser tachada de utópica. As pessoas tendem a não usar as oportunidades de participação que lhes são oferecidas. Então, ampliá-las pareceria inútil. As crianças, por exemplo, não possuem o senso de responsabilidade, as habilidades de tomada de decisão e o conhecimento necessário para serem participantes informados. Mas será isto argumento suficiente para negar a participação especialmente às crianças?

Na visão de Rousseau, a participação é parte do processo de educação moral e política, é educação na responsabilidade. O desenvolvimento do senso de responsabilidade e das habilidades de tomada de decisão só será possível através do efetivo engajamento na participação. Não será uma autoridade externa que vai decidir quando as habilidades e atitudes requeridas foram obtidas nem quais são exigidas para qualificar um participante informado. A tarefa do educador está em "forçar" a participação a fim de desenvolvê-la e não esperar pela aquisição das habilidades e conhecimentos necessários para exercê-la. De Tocqueville apud Passos (ibidem, p. 94) reforça este argumento quando "recomenda que os direitos da população devem ser aumentados e não diminuídos, justamente quando as leis

parecem fracas e a população, selvagem e quando as paixões parecem excitadas e a virtude, paralisada”.

Portanto, cabe às escolas uma grande responsabilidade no desenvolvimento de atitudes e habilidades apropriadas e necessárias para que as pessoas tomem parte e desenvolvam culturas mais participativas. A promessa e a realização da democracia institucional e direta só será concretizada através de engajamento de todos na experiência prática de tomada de decisão e na transformação das escolas em ambientes culturais.

Os argumentos até aqui analisados fundamentam-se nos chamados participativos, "modelo moral" de democracia que compreende um conjunto de teorias democráticas que vão da teoria "clássica" da antiga Grécia à "democracia direta" de Rousseau (1968), à democracia "evolutiva" de J. S. Mill (1951) e às teorias mais modernas de democracia participativa, de MacPherson (1973) e Pateman (1980). Neste modelo, a democracia é moral num duplo sentido. Primeiro, ela é um modo de vida moral constituído através de valores humanos fundamentais. Mais que um modelo político, a democracia é uma expressão política dos valores de auto-realização, autodeterminação e igualdade, valores essenciais do tipo de sociedade nas quais os indivíduos autônomos podem realizar-se através da determinação livre e igualitária do bem público.

ARGUMENTO POLÍTICO: A CIDADANIA PARTICIPATIVA

Dimensão política essencial de uma democracia participativa é que ela deve ser constituída por cidadãos: cidadãos da sociedade política que, na definição de Aristóteles são "instituições onde trabalham aqueles que participam dos assuntos públicos", seja como "governantes", seja como "governados", e "cidadãos institucionais" que são aqueles que exercem o direito de participar do governo ou administração das escolas". (ibdem, p. 96).

Na democracia moral, o status de cidadania só é adquirido através do exercício dos direitos e deveres de cidadania, ou seja, através do exercício da "cidadania participativa positiva". Esta requer uma educação política especial que leve os alunos a uma consciência histórica de como os atuais direitos de cidadania foram conquistados, como se incorporaram às instituições legais, políticas e sociais

dos estados democráticos modernos e como estas instituições podem estar funcionando de modo a manter, em vez de prevenir, as desigualdades e injustiças que deveriam eliminar. Na democracia moral, a educação para a participação pública é o único modo de capacitar os alunos para o pleno exercício de sua cidadania. O cultivo das habilidades e atitudes necessárias à participação e deliberação democrática deve ser feito através do método da participação.

Duas são as fontes do conceito atual de cidadania: uma tradição republicana, que tem suas raízes nas práticas de cidadania das repúblicas clássicas da Grécia e de Roma; e uma tradição liberal, que tem suas origens nos primeiros escritos de Locke e Jefferson. A noção de cidadania republicana enfatiza o caráter dos indivíduos como membros de uma sociedade política em relação a alguns princípios: o senso de pertencimento a uma comunidade política, a lealdade à pátria e a predominância das obrigações cívicas sobre os interesses individuais. O conceito de cidadania fundado na tradição liberal enfatiza as liberdades e direitos individuais. É esta tradição que deu origem à noção de direitos humanos e seu princípio básico de que todos os indivíduos são iguais e são depositários de direitos inalienáveis.

A educação para a cidadania, no contexto escolar, precisa incorporar a conscientização de direitos e deveres e a prática efetiva da democracia. Para tanto a própria precisa tornar-se cidadã, aliás, alternativa que já vem se concretizando em diversos lugares do país. Movimento semelhante já ocorreu nos Estados Unidos nos anos 50, com suas "citizenship schools", matrizes importantes do movimento de direitos humanos no país.

A escola como uma das mais importantes instituições sociais num Estado democrático, precisa incorporar em sua estrutura e em sua prática pedagógica a educação para a participação cidadã, através da instalação e funcionamento efetivo do seu colegiado deliberativo. Como escreve Weffort apud Vianna (1986, P. 99):

a escola que se abre à participação dos cidadãos não educa apenas as crianças que estão na escola. a escola cria comunidade e ajuda a educar o cidadão que participa da escola, a escola passa a ser um agente institucional fundamental do processo da organização da sociedade civil.

A escola participativa com o tempo passará a tornar-se a casa comum dos residentes de uma comunidade local. Esta nova realidade terá inclusive implicações

para a configuração material do estabelecimento educativo que precisa repensar sua estrutura física para facilitar o desenvolvimento das atividades participativas. Se a escola passa a acolher a presença e a ação de todos os componentes da comunidade local para se transformar numa autêntica comunidade educativa, precisa sediar em seu edifício escolar numerosas e variadas atividades sociais, culturais, recreativas da coletividade local. Promovendo inúmeras iniciativas na escola abertas à comunidade, esta adquirirá o sentimento de encontrar-se na escola como em sua própria casa e não como cliente, convidado ou visitante mais ou menos tolerado.

CIDADANIA PARTICIPATIVA DOS PAIS DOS ALUNOS

O direito inalienável dos pais na participação de seus filhos no contexto formal da escola é uma conquista recente, especialmente em democracias retardatárias. Durante muito tempo, a presença dos pais na escola se manteve postergada, quando não rechaçada, combatida e contestada. Ocorreu um longo processo de transição da desconfiança à confiança passiva, desta à participação controlada e do controle da co-gestão.

A participação dos pais na vida da escola foi uma das iniciativas mais como observa Vianna (1986, p. 11), “a presença dos pais na escola foi combatida, por diferentes razões, pela direita, pela esquerda, pelos professores inseguros, pelos professores comprometidos e até pelos estudantes”. No entanto, esta contestação, como perturbadora da ordem interna da escola, foi por sua vez refutada pelos defensores da participação. Todos os promotores das diversas formas de escola nova, como Cousinet, Dewey, Freinet, Monod, Wallon, insistiram na necessidade de relações regulares entre a família e a escola para fazer desta uma expressão da vida. Mas foi só a partir do movimento estudantil de 68 que os pais foram efetivamente admitidos a participar na gestão escolar, passando a ser considerado como co-educadores.

Como pais e professores são responsáveis pela mesma missão de educar os jovens, os professores precisam convencer-se de que a presença dos pais na escola, se responsabilmente conduzida, será um instrumento de melhoria da qualidade de seu trabalho pedagógico. Nesta interação, há que se buscar o equilíbrio entre a liberdade de aprender do aluno, a liberdade de ensinar do

professor e a liberdade educativa dos pais. Os professores precisam convencer-se que os pais são os primeiros interessados em buscar a melhor educação possível para seus filhos. Na tarefa de educação das novas gerações, a família se torna, na verdade, a primeira escola de humanidade e de plena realização da dignidade pessoal e da dimensão social.

Os pais, de sua parte, precisam perder o sentimento de inferioridade como se colocam perante os professores, como profissionais da educação. Como os primeiros educadores naturais e como os titulares da responsabilidade primária da educação precisam ir em busca de seus direitos, buscar mais informações sobre a educação de seus filhos e assumir a co-responsabilidade no confronto dos problemas, nas mudanças necessárias e no controle dos resultados do trabalho pedagógico da escola.

Aos pais, assim como aos alunos, é necessário que a instituição escolar preveja modalidades de participação individuais e coletivas. Frequentemente os pais não têm consciência de sua unidade e existência enquanto grupo. Tanto pais como alunos são coletividades que precisam ser ouvidas e participar do processo educacional e decisório da escola como grupos. A escola tende a abrir espaço apenas para a participação individual, ignorando esta segundo dimensão da comunidade escolar.

Os pais, então podem, reafirma Vianna (1986, p. 13), exercer três modalidades de presença na vida da escola:

- a) Presença individual: dá-se quando os pais entram na escola como responsáveis individuais do próprio filho, com exigências, experiências e aspirações únicas. É uma presença necessária e indispensável para a criança que, do contrário, poderia perceber a família como ausente e indiferente a seu esforço e empenho. Em vista do caráter insuficiente das soluções coletivas, há necessidade de uma relação de ajuda personalizada, a fim de favorecer o melhor desempenho escolar do aluno. A integração com ambiente e com as pessoas pode ser facilitada pelo apoio e mediação dos pais. O instrumento principal para esta ação são os colóquios entre pais e professores que, juntos buscarão a solução do problema mais adequada para cada aluno.
- b) Presença associativa: A complexa tarefa de ser pai e educador dado sua importância educacional e social, não pode ser gerida eficazmente de modo individualista. A forma associativa torna-se um instrumento facilitador do exercício

competente de seus direitos e aspirações. De modo análogo aos docentes e estudantes, os pais têm pleno direito de criar uma organização e dispor de um sujeito coletivo de representação. No duplo papel de responsáveis com os docentes pela educação e fruidores com os estudantes de um serviço, os pais encontrarão na associação o instrumento adequado para o exercício de sua cidadania institucional, sem tutelas nem subserviências.

c) Presença institucional: Através da participação no colegiado deliberativo da escola e em outros conselhos ou assembléias, a presença dos pais assume uma presença institucional. Nesta instância de participação, a atenção e o empenho alargam-se a problemas gerais, pertinentes à classe, à escola, ao contexto local. O membro eleito deste conselho reveste-se da delegação de representar os pais nas deliberações relativas a toda à comunidade educativa.

O QUE É A APMF

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários é definida Segundo Gadotti apud Bencine (2003, p.26), como sendo,

...uma instituição auxiliar que tem como finalidade colaborar no aprimoramento da educação e na integração família-escola-comunidade. A APMF tem como função sustentadora jurídica das verbas públicas recebidas e aplicadas pela escola, com a participação dos pais e logicamente do gestor escolar.

Ou seja, mais especificamente, a APMF, é uma entidade jurídica de direito privado, criada com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência escolar e para a integração escola-comunidade.

Este tipo de instituição já existe há bastante tempo, como se verá a seguir.

APMF E UM POUCO DA HISTÓRIA

Este tipo de instituição nasceu na América como evolução natural dos Clubes de Mães junto aos maternais, sob o nome de Associação de Pais e Professores (APPs). No Brasil, iniciou-se por volta de 1935, nas escolas primárias do Rio de Janeiro.

Schmidt (1967, p.11) conta que, “os pais eram convidados para as exposições de trabalhos infantis como motivação para reuniões pedagógicas”.

Surgiram logo as contribuições para a merenda escolar recém-criada e para a caixa escola.

Porém, não demorou a que estas reuniões começassem a ser usada como pretexto para avisos, cobranças, advertências e reclamações, ocasionando assim, o desinteresse dos pais em fazer parte.

Foi em 1960 que as Associações foram se reerguendo, com a Lei de Diretrizes e Bases que recomendava que a escola “deve estimular a formação de Associação de Pais e Professores”. (Schmidt, 1967, p.12). E, realmente se consolidou em 1962, quando foi criado o novo método de dirigir círculos. Novamente Schmidt (ibdem, p. 14) explica,

...os casais-líderes desenvolvem temas fundamentais da vida dos lares, e os professores comparecem aos círculos como pais e se “humanizam” ao contato dos sofrimentos e dificuldades expostos pelos pais de seus alunos. O que eles versam é a psicopedagogia familiar, pois sua finalidade é fazer tomar consciência das razões dos conflitos e estudar meios de educar para o pleno rendimento das possibilidades de cada um.

As funções destas Associações eram basicamente:

- atuar junto às demais massas educativas;
- auxiliar as escolas na ampliação das instalações e seus equipamentos;
- organizar caixas escolares, encaminhamento a empregos, colônia de férias, etc.;
- promover programas sócio-culturais e recreativos para pais, antigos alunos, mestres, educandos e comunidade;
- propiciar aos pais esclarecimentos a respeito dos processos de ensino adotados pela escola;
- solicitar dos Orientadores instruções de formas de apoio ao estudo dos alunos em casa;
- promover círculos de orientação para oferecer às famílias, informação psicológica e ajuda em suas tarefas educativas;
- providenciar, a seleção e a formação de casais-animadores capazes de dirigir os círculos;

- zelar pela comunidade;
- ajudar a estabelecer, nas escolas, o espírito de família;
- difundir suas atividades e suas realizações, de modo a manter sempre vitalizada a articulação família-escola-comunidade, dentro de uma mentalidade de prestação recíproca de serviços e de promoção humana e espiritual.

No ano de 2003, no Estado do Paraná, a Associação de Pais e Professores, passou a se chamar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários, contemplando, além dos pais e professores, o segmento dos funcionários, e, suas funções reformuladas, para atender às exigências do mundo moderno².

FUNÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS

É necessário, pois, que a Associação de Pais, Mestres e Funcionários, seja um grupo organizado e, “com um projeto efetivo de trabalho, com tarefas distribuídas e definidas entre os seus membros”. (PEREIRA, 1990, p.22).

Cabem a APMF, inúmeras tarefas, como:

- exercitar dentro da escola um sistema democrático;
- participar da elaboração da linha filosófica da escola, proporcionando aos pais a reflexão sobre a verdadeira função educativa e transformadora da sociedade;
- discutir sobre a metodologia de ensino e de aprendizagem, facilitando para os pais o trabalho de acompanhamento das tarefas de casa;
- criar espaço cultural, artístico e de lazer, resgatando a cultura da comunidade;
- participar das questões administrativas e promocionais da escola;
- acompanhar a formação do educando visando o seu desenvolvimento como homem, cidadão e pensador crítico;
- refletir, conjuntamente, os temas desafiantes da educação, que levam o fracasso escolar;
- criar mecanismos de comunicação entre a escola e a comunidade, entre pais e filhos, entre educadores e educandos;
- decidir juntamente com o gestor, a aplicação dos recursos financeiros.

² Informações presentes na proposta de Estatuto da Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Governo do Estado do Paraná. Curitiba: SEED, 2003

ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS

Ao se falar sobre escola, Veiga (1998, p.113) a considera como sendo, “uma instituição na medida em que a concebemos como a organização das relações sociais entre os indivíduos dos diferentes segmentos, ou então como conjunto de normas e orientações que regem essa organização”.

No entanto, a realidade interna à organização escolar é evidentemente complexa, como confirma Nóvoa (1995, p.125),

...a escola tem de ser encarada como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto dos atores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projeto comum. Para tal é preciso realizar um esforço da demarcação dos espaços próprios de ação, pois só na classificação desses limites se pode alicerçar uma colaboração efetiva.

Essas palavras permitem compreender que para que um grupo funcione significativamente dentro da escola, precisa ser capaz de apresentar-se organizado e propício à tomada de decisões de maneira autônoma expressando o trabalho coletivo. Mas, sabe-se que esta intensa caminhada sempre é um desafio à paciência histórica; a determinação e ao conhecimento da realidade institucional onde o grupo está inserido.

Uma organização como a APMF precisa ser capaz de garantir o exercício pleno do poder coletivo, da iniciativa e da criatividade de seus membros, baseando-se na decisão coletiva e na autonomia do grupo. Este exercício do poder coletivo leva o grupo a produzir um conhecimento da instituição e da sociedade, a partir de sua prática democrática.

A APMF TRABALHANDO COM A COMUNIDADE

Através dos pensamentos de Demo (1999) em primeiro lugar, é importante salientar que a questão da participação está centrada na busca da justiça, da liberdade, de democracia e do coletivismo nas decisões. Trata-se de colocar em prática a atuação dos pais nos debates escolares, sem perder a eficácia de qualquer

sistema educacional, visando a uma educação de qualidade. Passar o discurso à prática deve ser o caminho, com ações que aproximem a escola da comunidade.

Essa escola pode, e deve trabalhar para atender às aspirações populares, seus problemas e o encaminhamento de possíveis soluções, revendo valores, desativando mecanismos possivelmente inúteis, e ativando novos, que possam consolidar a estreita relação escola-comunidade no cotidiano das ações intra e extra escolar. Essas aspirações podem causar mudanças nas injustas condições sociais e passa a ser, portanto, a grande possibilidade de que a luta conjunta trará frutos, se for construída uma vivência participativa.

Se a comunidade sentir que sua cultura e valores são respeitados na sua escola, a teoria se transformará em práticas democráticas.

A APMF precisa, então, rever suas ações para que não “expulsem” os pais e alunos das decisões da escola, permitindo que eles não participem apenas daquelas decisões já previamente escolhidas pela direção e sim dos rumos da instituição-escola, possibilitando que todos se sintam importantes para a qualidade do ensino, entendendo que a escola é de todos.

No entanto, muitos são os pais que não participam da APMF.

Vários fatores são apontados, pela Revista Gestão em Rede (2001, p. 19), podendo se destacar os seguintes: a) a falta de motivação e o desinteresse causado pela pouca conscientização e integração da escola para com os pais; b) o desconhecimento do valor da participação dos pais na educação; c) o comodismo, incentivado pelo fato de se assistir muito televisão em casa; d) a pouca comunicação e diálogo entre a direção da escola e da APMF; e) a falta de informações da APMF; f) o excesso de trabalho dos pais causado pela baixa renda familiar; g) a cultura de que os pais acham que a educação é responsabilidade única da escola.

Ao serem detectadas as causas são necessárias que a APMF, crie estratégias para somá-las. A revista Gestão em Rede (2001, p.19) sugere as seguintes soluções:

Realizar reuniões e eventos mais dinâmicos, participativos e atraentes; valorizar a auto-estima das famílias; expor os trabalhos dos filhos; melhorar o relacionamento entre a APMF e a direção da escola; conhecer a realidade das famílias; promover cursos, palestras e atividades sócio-culturais e esportivas; divulgar a importância das ações voluntárias.

ANÁLISE DOS DADOS

Após a pesquisa com o material bibliográfico, passou-se a trabalhar com um olhar reflexivo sobre a prática referente à atuação da APMF para a efetivação da participação dos pais no ambiente escolar. Os instrumentos utilizados foram: pesquisa observacional na escola pesquisada e questionários.

Ao ser realizada a apuração dos dados, alguns itens significativos foram tomados para análise:

A Escola Municipal Pirahy atende alunos de Pré à 4ª Série, num total de 340 (trezentos e quarenta) alunos.

A Diretora da Escola possui formação acadêmica em Pedagogia, atuando na área educacional, como professora há 28 (vinte e oito) anos. Assumiu a Direção nesta escola há 04 (quatro) meses por indicação da Secretaria Municipal da Educação.

Em relação ao trabalho da APMF contou que esta tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade. Relatou que acredita que sua responsabilidade frente esta associação é de auxiliá-los nas tomadas de decisões, no entanto, devido ao pouco tempo em que assumiu a direção da escola, sente-se um pouco “perdida” para exercer suas funções. Salientou, ainda, que a principal dificuldade para o trabalho efetivo da APMF é a falta de participação dos pais e dos professores. Queixou-se que os professores limitam-se apenas às suas atividades dentro da sala de aula, e os pais aparecem na escola apenas para reclamar.

Por sua vez, professores e funcionários apostam na atuação da APMF para trazer os pais para a escola, pois acreditam ser indispensável à presença destes para o melhor aprendizado dos alunos. No entanto, não têm visto essa atuação na prática, assumindo a APMF um caráter meramente burocrático, ou seja, como nas palavras deles mesmos: “ações idealizadas exclusivamente no papel”.

Em relação aos membros da APMF constatou-se ser formado por: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, 1º Diretor Sócio-Cultural-Esportivo e 2º Diretor Sócio-Cultural-Esportivo. Tem como finalidade principal promover o mais amplo conagraçamento da família e seus associados e a mais íntima aproximação entre pais e mestres dos alunos, visando o aprimoramento da formação moral, cívica e cultural dos educandos.

Citaram como sendo os objetivos da APM:

- promover a união das famílias dos alunos, para que possam estudar em conjunto seus problemas e trocar sugestões;
- despertar a consciência mais viva sobre a vida familiar;
- promover conferências ou círculos de estudos sobre assuntos sociais, pedagógicos, cívicos, morais ou científicos;
- ajudar na ampliação da biblioteca;
- colaborar na redação, difusão e divulgação de publicações úteis aos fins educativos;
- estimular os pais a estabelecerem contato entre os colegas de seus filhos, a fim de desenvolver-se desde cedo, o sentimento de sociedade humana;
- combater os problemas sociais que destroem o lar e desenvolver meios de proporcionar a seus filhos distrações sadias, dentro de casa ou em grupos escolhidos;
- organizar festas que reúnam pais e mestres.

Quanto a seus integrantes relataram que todos os pais ou responsáveis pelos alunos, ao efetivarem a matrícula do aluno na Escola, são considerados membros da Associação. A Gestora da Escola constitui-se em membro nato.

A eleição dessa Diretoria ocorreu neste ano, 2009, sendo esta a única concorrente. Os membros da Diretoria contaram que foram convidados pela própria direção da escola para formarem uma chapa. Devido ao pouco tempo em que estão atuando na Associação, ainda estão se familiarizando com documentos anteriores para elaborarem o Plano Anual de atividades. A observação programada em reuniões da APMF não foi possível de ser realizada pois nenhuma foi realizada durante todo o período dessa pesquisa.

Através de todos os relatos e das observações realizadas nota-se claramente uma falta de integração dos profissionais, dos membros da APMF e dos pais nesta escola. A diretora reclama que tem que resolver tudo sozinha; professores, funcionários e pais reclamam por não terem voz ativa dentro da escola; e a APMF encontra-se sem rumo e papel efetivo dentro da instituição.

Tanto a Diretora quanto os membros da APMF parecem não ter claro os objetivos e funções dessa instância colegiada, sem experiência e nem orientações acerca de suas funções acabam por contribuir para o isolamento dos diferentes

segmentos da instituição e para a falta de uma política pedagógica atuante, dinâmica e funcional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa de campo realizada na escola pesquisada, notou-se que todos os benefícios referentes à participação efetiva de todos através do trabalho da APMF, referenciados neste trabalho pela pesquisa bibliográfica, ainda não se constituem como realidade dentro dessa instituição.

Tal situação pode ser explicada através do pensamento de Paro (1996, p. 92) que afirma que quando situações assim existem, “é porque a compreensão do significado de participação não está clara nem mesmo para o dirigente”.

Esse processo só terá condições de mudar através da gestão escolar que precisa criar e sustentar um ambiente propício à participação plena, uma vez que se entende que é por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência crítica e sentido de cidadania.

Criar condições para que um número cada vez maior e diversificado de pais possa ter um papel de intervenção no regular funcionamento e vida da escola. só assim eles farão parte de uma mesma continuidade educativa, e só assim será possível encontrar representantes qualificados para integrarem as diversas estruturas de decisões. (IACHIZAWA e ANDRADE, 1999, p. 96).

Investindo na APMF como forma de se garantir essa participação é de extrema importância para o desenvolvimento da escola que o Gestor, além de participar da Associação de Pais, Mestres e Funcionários, tome conhecimento de todos os seus passos.

O Diretor tem como função, segundo Rodrigues (1983, p. 27), “o dever de acompanhar as reuniões, intervindo nos debates, prestando orientação ou esclarecimento ou fazendo registrar em atos seus pontos de vista”. No entanto, sua participação limita-se a tais aspectos, não lhe sendo atribuído o direito de voto.

No entanto deve-se sempre se colocar a par da situação da escola que dirige e a situação da APMF.

Faz-se necessário, então, reunir-se com a diretoria executiva e seus membros recebendo constantemente explicações detalhadas sobre o funcionamento da instituição: gastos, recebimentos, notas fiscais, bem como ações em andamento.

Além disso, precisa supervisionar as ações da APMF, sistematicamente, evitando futuras dificuldades e contribuindo para o trabalho efetivo dessa Associação dentro da escola.

Enfim, para que a APMF cumpra verdadeiramente seu papel, é preciso que o diretor dê abertura para que os pais possam opinar, reivindicar, e principalmente, compreender a importância do seu papel na vida escolar, no comprometimento com uma educação mais democrática e compromissada com o futuro dos alunos e conseqüentemente, do País.

A participação de pais, professores, alunos e funcionários por meio da APMF dará, certamente autonomia à escola, oportunizando a participação de todos na tomada das decisões referentes à escola.

Desta forma, fica claro, que com o apoio de todos os profissionais da educação para com a APM, pode-se acreditar em um mundo mais justo e igualitário para nossas crianças, a começar pela escola onde estão inseridas.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BENCINE, R. Como atrair os pais para a escola. **Revista Nova Escola**. São Paulo: n. 166, out. 2003.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Ed. Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- CAPELATTO, J. R. **Diálogos sobre a afetividade: o nosso lugar de cuidar**. Londrina: Vir a Ser, 2000.
- CARVALHO, A; DIOGO, F. **Projeto Educativo**. Porto Alegre: Afrontamento, 1994.
- CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DEMO, P. **Participação e conquista**. São Paulo: Cortez, 1999.
- EZPELETA, J; ROCKWELL, E. **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1986.
- FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.
- GADOTTI, M. **Escola Cidadã: Uma aula sobre a autonomia da Escola**. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

- HORA, D. L. **Gestão Democrática na Escola**. São Paulo: Papirus, 1994.
- IACHIZAWA, J; ANDRADE, B.O. **Gestão de Instituições de Ensino**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- NEPTUNE, J. B. **CEPEC – A Escola Cidadã**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação. Dissertação de Mestrado, 1989, p.34.
- NÓVOA, A (org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quichote, 1995, p. 105.
- Oficinas buscam maior participação dos pais na vida escolar. **Revista Gestão em rede**. Abril, 2001.
- PARO, V. H. **Eleição de Diretores: A escola pública experimenta a democracia**. São Paulo: Papirus, 1996.
- PASSOS, I., Carvalho, M. e Silva, Z. I. L. **Uma experiência de gestão colegiada**. Cadernos de Pesquisa, 1988, p.94.
- PEREIRA, L; FORACCHINI, M. (Org.). **Educação e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1987.
- PEREIRA, W. C. C. **Associação de Pais e Mestres – uma experiência viva**. Petrópolis: Vozes, 1990, p.22
- Revista Nova Escola**. São Paulo: n. 166, out. 2003.
- RIBAS, M. H. **Construindo a competência: processo de formação de professores**. São Paulo: Olho D'água, 2000.
- SANTOS, **Revista Nova Escola**. São Paulo: Abril, 1998. n. 01.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1983.
- SCHMIDT, M. J. **Associação de Pais e Professores**. São Paulo: C.A.D.E.S, 1967,
- TELLES, M. L. S. **Educação: a revolução necessária**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- TORRES, P. L. **Uma leitura para os temas transversais**. Curitiba: Renar, 2003.
- VEIGA, I. P. A; RESENDE, L. M. G. (orgs). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.
- VIANNA, I. de A. O. **Planejamento participativo na escola**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

ANEXO
QUESTIONÁRIO – DIREÇÃO

Este questionário foi elaborado por Jussara Aparecida Liebel para coletar dados sobre o tema: “A Associação de Pais, Mestres e Funcionários: trazendo a família para a escola”, com a finalidade específica de elaboração de Artigo do Curso de Gestores da Universidade Federal do Paraná.

Sua participação é muito importante para a veracidade desse artigo.

Muito Obrigada!

Data: ____/____/____.

Sexo: F () M ()

Idade: _____

Profissão: _____ Tempo de atuação: _____

1. Como a Gestão democrática e participativa tem sido efetivada em sua escola?
2. Existe a participação de todos os segmentos nas decisões da escola? Em que momentos essa participação acontece?
3. Qual é a importância da participação dos pais na escola?
4. Para você, o que significa a Associação de Pais, Mestres e Funcionários? Quais as principais atribuições dessa Associação dentro de sua Escola e quais os benefícios adquiridos? Como se dá a participação desta nas decisões da escola?
5. Qual o seu papel dentro dessa Associação?
6. Quais as maiores dificuldades encontradas para o trabalho efetivo da APMF?
7. Outras considerações.

QUESTIONÁRIO – MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS

Este questionário foi elaborado por Jussara Aparecida Liebel para coletar dados sobre o tema: “A Associação de Pais, Mestres e Funcionários: trazendo a família para a escola”, com a finalidade específica de elaboração de Artigo do Curso de Gestores da Universidade Federal do Paraná.

Sua participação é muito importante para a veracidade desse artigo.

Muito Obrigada!

Data: ____/____/____.

Sexo: F () M ()

Idade: _____

Profissão: _____ Tempo de atuação: _____

1. Para você, o que significa a Associação de Pais, Mestres e Funcionários?
2. Quais as principais atribuições dessa Associação dentro da Escola e quais os benefícios podem ser adquiridos?
3. O que levou você a querer participar da APMF dessa escola?
4. Como acontece o processo de eleição, elaboração do Estatuto, Reuniões e decisões dessa Associação?
5. A APMF conta com o apoio da Direção da escola? Existe autonomia para suas decisões e realizações?
6. Quais os mecanismos utilizados por essa Associação para incentivarem os pais a participarem ativamente na escola?
7. Quais as maiores dificuldades encontradas para o trabalho efetivo da APMF?
8. Outras considerações.

QUESTIONÁRIO – PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

Este questionário foi elaborado por Jussara Aparecida Liebel para coletar dados sobre o tema: “A Associação de Pais, Mestres e Funcionários: trazendo a família para a escola”, com a finalidade específica de elaboração de Artigo do Curso de Gestores da Universidade Federal do Paraná.

Sua participação é muito importante para a veracidade desse artigo.

Muito Obrigada!

Data: ____/____/____.

Sexo: F () M ()

Idade: _____

Profissão: _____ Tempo de atuação: _____

1. Como a Gestão democrática e participativa tem sido efetivada em sua escola?
2. Existe a participação de todos os segmentos nas decisões da escola? Em que momentos essa participação acontece?
3. Qual é a importância da participação dos pais na escola para o desenvolvimento do processo ensino – aprendizagem?
4. Para você, o que significa a Associação de Pais, Mestres e Funcionários?
5. Você faz parte da APMF de sua escola? Em caso afirmativo, relate como é sua participação? Se não, como o seu segmento é representado?
6. Outras considerações.